

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2023**

Processo Licitatório nº. 002/2023 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 002/2023

A Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - AMMESF torna público o Pregão eletrônico para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços gerais de manutenção, adequação e reparos em prédios públicos, compreendendo prédios próprios, locados e ou conveniados, com fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos (desonerada), constantes nas tabelas de preços unitários descritos no SINAPI, SETOP, SICRO, SBC (atualizadas), cujos serviços e bens se enquadram na categoria de serviços comuns, consoante o art. 6º, inciso xli da Lei 14.133/2021 e demais especificações constantes no termo de referência, a fim de atender de forma compartilhada as necessidades dos municípios consorciados à AMMESF. O edital e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico <http://www.licitacoesammesf.com.br/>, <http://ammesf.org.br/> ou pelo e-mail: ammesflicitacao@gmail.com, informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (38) 3741 37-34 sessão pública as 09:00 do dia 26 de abril de 2023. REPUBLICADO

Pirapora, 23 de março de 2023.
PEDRO HENRIQUE SOARES BRAGA
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2023**

Processo Licitatório nº. 009/2023 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 009/2023

A Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - AMMESF- Torna público o Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de promoção, organização, assessoria técnica, coordenação e ações, projetos e eventos, dentre as quais: solenidades, congressos, conferências, seminários, encontros, palestras, exposições, inaugurações, workshops, cursos, treinamentos em geral, com fornecimento de insumos, para atender as necessidades dos municípios consorciados dos Municípios consorciados à AMMESF, conforme Termo de Referência. O edital e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico <http://www.licitacoesammesf.com.br/>, <http://ammesf.org.br/> ou pelo e-mail: ammesflicitacao@gmail.com, informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (38) 3741 37-34 sessão pública as 09:00 do dia 25 de abril de 2023.

Pirapora, 23 de março de 2023.
PEDRO HENRIQUE SOARES BRAGA
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2023**

Processo Licitatório nº. 007/2023 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 007/2023

A Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - AMMESF- Torna público o Pregão Eletrônico para registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de tecnologia educacional (livros paradidáticos formato impresso e virtual), conforme termo de referência para atender as necessidades dos municípios consorciados à AMMESF. O edital e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico <http://www.licitacoesammesf.com.br/>, <http://ammesf.org.br/> ou pelo e-mail: ammesflicitacao@gmail.com, informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (38) 3741 37-34 sessão pública as 14:00 do dia 24 de abril de 2023.

Pirapora, 6 de março de 2023.
PEDRO HENRIQUE SOARES BRAGA
Presidente

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS**BALANÇO PATRIMONIAL**

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

ATIVO		2022	2021
CIRCULANTE		107.084.909,24	41.505.017,77
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa		53.895.899,06	16.726.717,23
Bancos Conta Movimento		-	3.000,00
		4.761.021,82	3.015.464,45
Bancos Conta Movimento - Com Restrição		4.616.282,33	-
Bancos Conta Movimento - Sem Restrição		144.739,49	-
Aplicações Financeiras		49.134.877,24	13.708.252,78
Aplicações Financeiras - Com Restrição		48.963.150,16	-
Aplicações Financeiras - Sem Restrição		171.727,08	-
CONTRATOS A RECEBER		50.396.307,21	24.071.545,00
Contratos a Receber - Com Restrição		50.096.601,32	-
Contratos a Receber - Sem Restrição		299.705,89	-
VALORES A RECUPERAR		110.832,11	3.965,78
ADIANTAMENTOS		551.105,00	658.012,67
Adiantamentos de Férias		118.260,29	136.335,22
Adiantamento de Fornecedores		432.844,71	495.344,49
Outros Créditos		-	26.332,96
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		52.328,65	44.777,09
VALORES A REALIZAR		2.078.437,21	-
NÃO CIRCULANTE		154.039.019,94	757.299,08
CONTRATOS A RECEBER		137.518.407,89	-
Contratos a Receber - Com Restrição		137.099.240,03	-
Contratos a Receber - Sem Restrição		419.167,86	-
CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS		15.874.869,45	-
IMOBILIZADO		623.501,30	739.969,93
Bens em Operação - Com Restrição		4.103.443,12	4.307.915,77
Bens em Operação - Sem Restrição		107.032,22	-
(-) Depreciações Acumuladas		- 3.586.974,04	- 3.567.945,84
- Com Restrição		- 3.518.605,46	- 3.567.945,84
- Sem Restrição		- 68.368,58	-
INTANGÍVEL		22.241,30	17.329,15

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2023**

Processo Licitatório nº. 008/2023 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 008/2023

A Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - AMMESF- Torna público o Pregão Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais e equipamentos de informática, conforme termo de referência para atender as necessidades dos municípios consorciados à AMMESF. O edital e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico <http://www.licitacoesammesf.com.br/>, <http://ammesf.org.br/> ou pelo e-mail: ammesflicitacao@gmail.com, informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (38) 3741 37-34 sessão pública as 09:00 do dia 27 de abril de 2023.

Pirapora, 6 de março de 2023.
PEDRO HENRIQUE SOARES BRAGA
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2023**

Processo Licitatório nº. 006/2023

A Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - AMMESF- Torna público o Pregão Eletrônico para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia especializada para perfuração de poços artesanais para consumo humano de água nas comunidades dos municípios integrantes da AMMESF, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais anexos. O edital e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico <http://www.licitacoesammesf.com.br/>, <http://ammesf.org.br/> ou pelo e-mail: ammesflicitacao@gmail.com, informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (38) 3741 37-34 Sessão Pública As 09:00 do dia 24 de abril de 2023.

Pirapora, 23 de março de 2023.
PEDRO HENRIQUE SOARES BRAGA
Presidente

ASSOCIAÇÃO ATLETICO UNIFACISA**EXTRATO DE CONTRATO**

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023; CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA UNIFACISA, CNPJ/MF nº 29.501.770/0001-08. CONTRATADA: CATAPULT SPORTS PTY LTD, ABN 66 137 513 378. OBJETO: Aquisição de materiais esportivos em atendimento ao Termo de Execução nº 09/2022, que tem por objeto a descentralização de recursos visando o apoio financeiro para aquisição de materiais esportivos necessários ao desenvolvimento desportivo, a serem disponibilizados aos atletas em formação permanente da Associação Atlética Unifacisa, conforme as disposições do Ato Convocatório nº 09-A, Eixo de Materiais e Equipamentos Esportivos, em consonância com o Programa de Formação de Atletas do CBC - Comitê Brasileiro de Clubes. ITEM: "Sistema Catapult com 8 Vector devices (aparelho receptor colocado no atleta)." Sistema de análise de desempenho esportivo por meio de GPS/LPS/Frequência cardíaca da marca Catapult. Com 8 Vector devices (aparelho receptor colocado no atleta) de dimensão de 81 mm x 43 mm x 16mm, 53g, autonomia da bateria de 6h, com GPS 10 hz, comunicação de ultra Banda larga e Bluetooth 5 e alcance de 300 m, 8 coletes para fixação do Vector Device no atleta. 1 Vector Dock (Receptor dos dados do GPS e suporte para carregamento) com capacidade de 24 Vector device e autonomia da bateria de 6h e um Vector Receiver (antena de recepção) com comunicação ultra banda larga, 1cal Wifi (2.4/5Ghz) e USB tipo C com autonomia da bateria de 6h. FUNDAMENTO LEGAL: art. 19 c/c com o item 15.1 e 15.4, alínea "a", Anexo II do Regulamento de Descentralização para Aquisição de Equipamentos e Materiais Esportivos do CBC (RMEE). VALOR TOTAL: R\$ 123.719,30 (cento e vinte e três mil e setecentos e dezenove reais e trinta centavos).



Sistemas - Recurso com Restrição	1.004.071,75	1.093.707,46
(-) Amortizações Acumuladas	- 981.830,45	- 1.076.378,31
COMPENSADO	-	67.886.545,60
TOTAL DO ATIVO	261.123.929,18	110.148.862,45

P A S S I V O	2022	2021
CIRCULANTE	58.811.263,09	6.325.281,23
CONTAS A PAGAR	6.323.498,57	6.325.281,23
Encargos Sociais a Recolher	645.171,07	472.861,42
Encargos Tributários a Recolher	1.352.408,24	447.922,51
Fornecedores	2.013.604,88	575.210,29
Provisão de Férias, 13º e Encargos	2.012.314,38	1.736.551,83
Outros Créditos	300.000,00	2.945.954,57
Saldo Bancários a Compensar	-	146.780,61
CONTRATOS E TERMOS DE PARCERIA	50.335.547,76	-
Contratos a Realizar - Com Restrição	50.036.841,87	-
Contratos a Realizar - Sem Restrição	298.705,89	-
VALORES A REALIZAR	2.152.216,76	-
NÃO CIRCULANTE	156.265.677,95	3.361.131,84
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	1.365.224,54	1.681.086,67
PARCELAMENTOS FISCAIS	1.507.176,07	1.680.045,17
CONTRATOS A REALIZAR	137.518.407,89	-
CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS	15.874.869,45	-
PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	46.046.988,14	32.575.903,78
RESERVAS	1.509.759,45	1.450.000,00
Reserva Técnica CG - Com Restrição	1.509.759,45	1.450.000,00
DEFICIT/SUPERÁVIT ACUMULADO	44.537.228,69	31.125.903,78
Deficit / Superávit do Exercício Anterior - Com Restrição	8.994.125,65	24.852.493,98
Deficit / Superávit do Exercício	35.543.103,04	6.273.409,80
Deficit / Superávit do Exercício - Com Restrição	31.547.235,33	-
Deficit / Superávit do Exercício - Sem Restrição	3.995.867,71	-
COMPENSADO	-	67.886.545,60
TOTAL DO PASSIVO	261.123.929,18	110.148.862,45

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

DESCRIÇÃO	2022	2021
(+) RECEITA BRUTA	74.645.484,26	45.853.361,43
Contrato de Gestão	61.064.975,00	35.384.403,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Com Restrição	20.724,29	457.754,08
Contratos Administrativos - Serviços de Terceiros	13.559.584,32	10.011.204,35
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Sem Restrição	200,65	-
(=) TOTAL RECEITA	74.645.484,26	45.853.361,43
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	- 513.726,85	- 520.569,88
ISS sobre Faturamento	- 513.726,85	- 520.569,88
CANCELAMENTO DE NOTAS FISCAIS	-	-
(=) RECEITA LÍQUIDA	74.131.757,41	45.332.791,55
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	- 33.597.331,42	- 28.328.521,85
Despesas Gerais e Administrativas	- 2.387.642,72	- 2.069.060,62
Despesas com Pessoal e Encargos	- 22.461.953,78	- 16.819.788,02
Serviços de Terceiros	- 4.347.192,20	- 6.920.240,05
Aluguéis e Arrendamentos	- 2.294.743,50	- 1.978.919,96
Impostos, Taxas e Multas fiscais	- 709.450,88	- 100.283,81
Diárias	- 57.045,83	- 31.795,21
Passagens	- 446.913,25	- 788,70
Promoções e Eventos	- 335.686,95	- 80.734,00
Outras Despesas Operacionais	- 276.963,31	- 36.324,71
Depreciações e Amortizações	- 279.739,00	- 290.586,77
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	- 9.605.002,07	- 11.308.646,91
Despesas Gerais e Administrativas	- 288.825,45	- 369.915,12
Despesas com Pessoal e Encargos	- 4.137.885,55	- 5.080.164,96
Serviços de Terceiros	- 4.661.160,72	- 5.446.765,21
Aluguéis e Arrendamentos	- 67.192,96	- 304.599,95
Impostos, Taxas e Multas fiscais	- 77.340,59	- 8.474,05
Diárias	- 96.058,73	- 6.930,11
Passagens	-	-
Promoções e Eventos	- 212.387,60	- 50.523,98
Outras Despesas Operacionais	- 44.206,00	- 35.045,00
Depreciações e Amortizações	- 13.337,88	- 1.826,47
(=) TOTAL DAS DESPESAS	- 43.202.333,49	- 39.637.168,76
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	30.929.423,92	5.695.622,79
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	4.613.679,12	577.787,01
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	4.972.765,43	772.156,91
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	- 913.897,97	- 319.310,90
Receitas Financeiras - Outros Contratos	720.704,30	211.851,18
Despesas Financeiras - Outros Contratos	- 165.892,64	- 86.910,18
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	35.543.103,04	6.273.409,80

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	35.543.103,04	6.273.409,80
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	286.345,59	294.988,83
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	-	-
(+) Provisão para contingências Fiscais	- 488.731,23	1.303.002,69
(-) Ajuste de Exercícios anteriores	- 22.072.018,68	- 960.787,85
(-) Baixa de bens depreciados	- 370.860,11	- 637,50
Superávit/Déficit Ajustado	12.897.838,61	6.909.975,97
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	- 26.324.762,21	- 19.671.850,00
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	80.574,71	- 3.881,31
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	- 2.166.522,14	- 59.051,89
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	1.076.795,38	- 56.185,14
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	1.438.394,59	- 515.242,53
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	275.762,55	130.773,21
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	- 2.945.954,57	- 1.330.357,17
(=) Caixa proveniente das operações		



(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de Terceiros	-	-
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar/Compensar	2.625.531,67	145.580,71
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar	50.395.307,21	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	37.352.965,80	- 14.450.238,15
2 -FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Compra do Ativo Imobilizado	- 167.782,93	- 150.060,37
(-) Compra do Ativo Intangível	- 16.001,04	- 30.044,34
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	- 183.783,97	- 180.104,71
3 -FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37.169.181,83	- 14.630.342,86
Caixa e Equivalentes de caixa no início do período	16.726.717,23	31.357.060,09
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa	37.169.181,83	- 14.630.342,86
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do período	53.895.899,06	16.726.717,23
Aumento/redução de Caixa e Equivalentes de caixa	37.169.181,83	- 14.630.342,86

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

	(Déficit)/Superávit Acumulado	(Déficit)/Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2019	6.398.117,75	22.742.397,48	9.921.555,62	39.062.070,85
Incorporação do Superávit 2019	22.742.397,48	- 22.742.397,48	-	-
Redução da Reserva Técnica	6.288.665,68	-	- 6.288.665,68	-
Déficit do Exercício	-	- 11.798.789,02	-	- 11.798.789,02
SALDO EM 31/12/2020	35.429.180,91	- 11.798.789,02	3.632.889,94	27.263.281,83
Incorporação do Déficit 2020	- 11.798.789,02	11.798.789,02	-	-
Redução da Reserva Técnica	2.182.889,94	-	- 2.182.889,94	-
Ajustes ao Resultado de Exercícios Anteriores	- 960.787,85	-	-	- 960.787,85
Superávit do Exercício	-	6.273.409,80	-	6.273.409,80
SALDO EM 31/12/2021	24.852.493,98	6.273.409,80	1.450.000,00	32.575.903,78
Incorporação do Superávit 2021	6.273.409,80	- 6.273.409,80	-	-
Aumento da Reserva Técnica	- 59.759,45	-	59.759,45	-
Ajustes ao Resultado de Exercícios Anteriores	- 22.072.018,68	-	-	- 22.072.018,68
Superávit do Exercício	-	35.543.103,04	-	35.543.103,04
SALDO EM 31/12/2022	8.994.125,65	35.543.103,04	1.509.759,45	46.046.988,14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (valores expressos em reais)

Nota 1 - Informações gerais - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília - DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia, inovação e educação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. O CGEE executa suas atividades atreladas a metas e prazos de acordo com o descrito em contratos firmados, tais como: Contrato de Gestão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC) e outras parcerias com órgãos públicos interligados por meio do Contrato de Gestão, remanejamento orçamentário ou Transferência Eletrônica Disponível (TED); e Contratos Administrativos: Adam Smith Internacional, Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) - Euroclima) e - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicadas às entidades sem fins lucrativos, com base nas disposições contidas nas Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (RI) - Entidade sem Finalidades de Lucros, observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais normas e legislações vigentes e que se aplicam a natureza jurídica do CGEE. Na elaboração das demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são utilizados estimativos e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre as quais, encontram respaldos em normas e legislações vigentes, tais como: a determinação das vidas úteis do ativo imobilizado; e análise de risco na determinação das provisões, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidas no período que ocorrem. As demonstrações contábeis são compostas por: Balanço Patrimonial (BP); Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE); Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC); Demonstrativo de Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL); Notas Explicativas (NE). A Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA) não será apresentada, considerando que o CGEE não possui outros resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis 3.1 Base de Mensuração As demonstrações contábeis foram elaboradas com a adoção dos critérios de mensuração definidos nos diversos pronunciamentos aplicáveis pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), assim, estando apresentadas pela moeda em Real. 3.2 Escrituração Contábil Os registros contábeis são realizados em um sistema de gestão empresarial (ERP da SENIOR) e toda a documentação comprobatória encontra-se arquivada em ordem cronológica. Os registros seguem em formato digital para o cumprimento de obrigações acessórias, em observância às formalidades fiscais e técnicas que disciplinam a matéria em questão. 3.3 Sistema de Gestão Empresarial - ERP da SENIOR A partir de 25 de agosto de 2022, a Coordenação de Finanças e Contabilidade (CFC) iniciou uma revisão na parametrização dos módulos do sistema ERP da SENIOR que integram dados para a contabilidade, tais como: Financeiro, Orçamento, Compras, Imobilizado, Recursos Humanos, Contratos entre outros. As adequações sistêmicas no ERP da SENIOR, decorreram com o total apoio da Coordenação de Tecnologia da Informação (CTIC) e, em pontos específicos, teve a participação de consultorias presenciais e virtuais realizadas pela empresa administradora do sistema. A programação de revisão na parametrização e melhor operacionalização dos módulos que integram dados na contabilidade continuará no exercício de 2023, incluindo um treinamento para as equipes das coordenações envolvidas. 3.4 Apuração do Resultado O resultado é apurado por meio da movimentação registrada em receitas e despesas. Ressalta-se que no ano de 2023, o CGEE promoverá reuniões técnicas (internas) para fins de implantações e adequações de processos e procedimentos que possam refletir a mensuração das receitas e despesas, pelo regime de competência. Em paralelo, será iniciado o processo de contratação de um profissional (parecerista) que avalie a aplicabilidade na íntegra, consoante a norma que rege as Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (RI) - Entidade sem Finalidades de Lucros. 3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa São representadas por disponibilidades referentes a caixa, bancos e aplicações financeiras, com disponibilidade imediata e são utilizadas pelo CGEE para o cumprimento de compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo e acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de 31 de dezembro de 2022. 3.6 Contas a Pagar As contas a pagar, que compreendem os fornecedores e outros, são obrigações decorrentes de aquisições de bens e serviços relacionadas às atividades do CGEE. 3.7 Provisões As provisões são reconhecidas pelo fato gerador da existência de uma obrigação presente (legal e/ou implícita), com a possibilidade de entrada/saída de recursos e sendo possível estimar o seu valor. 3.8 Imobilizado a) O reconhecimento e a mensuração decorrem do custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas; b) Os custos subsequentes em caso de benfeitorias e reposições, decorre pelo valor contábil; c) A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se o método linear com base nas taxas apresentadas para cada componente do imobilizado; e d) Por questões de reestruturações administrativas e sistêmicas, até o exercício de 2022, não foi realizado teste de recuperabilidade. Entretanto, consta em programação a implantação do teste de recuperabilidade no exercício de 2023. 3.9 Intangível Compreende direitos de uso de softwares que são mensurados pelo custo total de aquisição deduzido das despesas de amortização, dos quais são mensurados com base na vida útil estimada e que variam de um a cinco anos. 3.10 Demais Ativos e Passivo Circulantes e Não Circulantes Observando o regime de competência, os registros apurados correspondem aos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos quando aplicáveis, dos respectivos encargos e incorridos até a data de 31 de dezembro de 2022.

Nota 4 - Apuração de resultado O Resultado Operacional apurado no ano de 2022, apresenta um superávit no montante de R\$ 35.543.103,04 (trinta e cinco milhões quinhentos e quarenta e três mil cento e três reais e quatro centavos). 4.1 Receitas A Receita bruta apurada no ano de 2022 foi no montante de R\$ 74.645.484,26 (setenta e quatro milhões seiscentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos). A movimentação apurada entre a Receita Bruta e a Receita Líquida decorre conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2022	2021
(+) RECEITA BRUTA	74.645.484,26	45.853.361,43
Contrato de Gestão	61.064.975,00	35.384.403,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Com Restrição	20.724,29	457.754,08
Contratos Administrativos - Serviços de Terceiros	13.559.584,32	10.011.204,35
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Sem Restrição	200,65	-
(=) TOTAL RECEITA	74.645.484,26	45.853.361,43
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	- 513.726,85	- 520.569,88
ISS sobre Faturamento	- 513.726,85	- 520.569,88
(=) RECEITA LÍQUIDA	74.131.757,41	45.332.791,55

4.2 Despesas As despesas apuradas por tipo de contrato (de Gestão e Administrativos), necessárias para a realização das atividades do CGEE, totalizaram o montante de R\$ 43.202.333,49 (quarenta e três milhões duzentos e dois mil trezentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos).

(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	- 33.597.331,42	- 28.328.521,85
Despesas Gerais e Administrativas	- 2.387.642,72	- 2.069.060,62
Despesas com Pessoal e Encargos	- 22.461.953,78	- 16.819.788,02
Serviços de Terceiros	- 4.347.192,20	- 6.920.240,05
Alugueis e Arrendamentos	- 2.294.743,50	- 1.978.919,96
Impostos, Taxas e Multas fiscais	- 709.450,88	- 100.283,81
Diárias	- 57.045,83	- 31.795,21
Passagens	- 446.913,25	- 788,70
Promoções e Eventos	- 335.686,95	- 80.734,00



Outras Despesas Operacionais	- 276.963,31	- 36.324,71
Depreciações e Amortizações	- 279.739,00	- 290.586,77

(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	- 9.605.002,07	- 11.308.646,91
Despesas Gerais e Administrativas	- 288.825,45	- 369.915,12
Despesas com Pessoal e Encargos	- 4.137.885,55	- 5.080.164,96
Serviços de Terceiros	- 4.661.160,72	- 5.446.765,21
Alugueis e Arrendamentos	- 67.192,96	- 304.599,95
Impostos, Taxas e Multas Fiscais	- 77.340,59	- 8.474,05
Diárias	- 96.058,73	- 6.930,11
Passagens	- 212.387,60	- 50.523,98
Promoções e Eventos	- 44.206,00	- 35.045,00
Outras Despesas Operacionais	- 13.337,88	- 1.826,47
Depreciações e Amortizações	- 6.606,59	- 4.402,06

4.3 Resultado Financeiro O Resultado Financeiro no ano de 2022, apurou-se o montante de R\$ 4.613.679,12 (quatro milhões seiscentos e treze mil seiscentos e setenta e nove reais e doze centavos).

(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	4.613.679,12	577.787,01
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	4.972.765,43	772.156,91
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	- 913.897,97	- 319.310,90
Receitas Financeiras - Outros Contratos	720.704,30	211.851,18
Despesas Financeiras - Outros Contratos	- 165.892,64	- 86.910,18

Nota 5 - Balanço Patrimonial O total acumulado apurando o Ativo e o Passivo, no Exercício de 2022, é no montante de R\$ 261.123.929,18 (duzentos e sessenta e um milhões cento e vinte e três mil novecentos e vinte e nove reais e dezoito centavos). Cabe mencionar que: O plano de contas foi revisado no ano de 2022 em cumprimento às normas contábeis vigentes agregada à recomendação contida no Relatório de Auditoria dos Controles Internos do ano de 2021; e A conta do Ativo Compensado foi inativada no Exercício de 2022 e seus registros decorrentes de apropriações de Contratos de Gestão, Contratos Administrativos e Contratos de Bens e Serviços, após conciliação realizada entre os dados contábeis e de contratos, foram reclassificados considerando a nova estrutura do plano de contas (Ativo Circulante e Ativo Não Circulante). 5.1 Caixa e Equivalência de Caixa Os recursos disponíveis em caixa e banco (conta corrente e aplicações) apresentam o montante de R\$ 53.895.899,06 (cinquenta e três milhões oitocentos e noventa e cinco mil oitocentos e noventa e nove reais e seis centavos). Ressalta-se que: a) Os saldos bancários mantidos em conta corrente na data de 31 de dezembro de 2022 decorrem de valores: destinados aos diversos pagamentos agendados para o período de 02 a 04 de janeiro de 2023; e pelo recebimento de recursos de Contrato de Gestão em 30 de dezembro de 2022 e que não houve tempo hábil para a sua aplicação. b) Os recursos do CGEE estão investidos em renda fixa, com resgate em D0 e classificação de risco como: baixa ou muito baixa. c) Do montante de R\$ 49.134.877,24 (quarenta e nove milhões cento e trinta e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), aplicados no Banco do Brasil, apurou-se de rendimento o montante de R\$ 5.693.469, 73 (cinco milhões seiscentos e noventa e três mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e três centavos), dos quais, estão distribuídos, conforme abaixo:

435002-2 - Contrato Gestão MCTI		58891-1 - PNUMA GDF	
Fundo de Investimento	4.555.710,10	Fundo de Investimento	390.190,59
CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>142.410,17</u>	CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>141.077,53</u>
	4.698.120,27		531.268,12
22320-4 - Contrato Gestão MEC		58892-X - PNUMA OICS	
Fundo de Investimento	34.326,82	Fundo de Investimento	7.575,83
CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>59.986,85</u>	CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>134.625,56</u>
	94.313,67		142.201,39
22361-6 - Reserva Técnica		22361-1 - GIZ	
Fundo de Investimento	180.331,49	Fundo de Investimento	548,41
CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>-</u>	CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>1.308,00</u>
	180.331,49		1.856,41
435001-4 - Outros Contratos Adm.		22319-0 - Geral B	
Fundo de Investimento	21.659,82	Fundo de Investimento	2.528,63
CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>5.228,68</u>	CDB/RDB e BB Reaplicação	<u>15.961,25</u>
	26.888,50		18.489,88

d) A variedade de investimentos aplicados pelo CGEE permitiu que a rentabilidade dos fundos fosse maior que a taxa praticada a: SELIC, CDI, poupança, dólar, inflação medida por IPCA ou IGPIM-M, bolsas americanas e brasileiras. 5.2 Contratos a Receber e a Realizar O saldo de R\$ 50.396.307,21 (cinquenta milhões trezentos e noventa e seis mil trezentos e sete reais e vinte e um centavos) registrado no Ativo Circulante, na conta de Clientes (Clientes Contratantes) decorre de apropriações de Contratos (Gestão e Administrativos), considerados para recebimentos estimados até 31 de dezembro de 2023, bem como refletido no Passivo Circulante (Contratos a Realizar) no montante de R\$ 50.335.547,76 (cinquenta milhões trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos). A diferença de R\$ 60.759,45 (sessenta mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), no Passivo circulante (Contratos a Realizar) decorre de apropriações diversas (Reserva Técnica e Contrato Administrativo). Observa-se ainda que os contratos com estimativa de recebimentos a partir de 1º de janeiro de 2024, totalizando o montante de R\$ 137.518.407,89 (cento e trinta e trinta e sete milhões quinhentos e dezoito mil quatrocentos e sete reais e oitenta e nove centavos), estão contabilizados no Ativo Não Circulante (Contratos a Realizar) e refletidos no Passivo Não Circulante (Contratos a Realizar). 5.3 Adiantamentos Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos funcionários e fornecedores, cujo montante acumulado é de R\$ 551.105,00 (quinhentos e cinquenta e um mil cento e cinco reais). 5.4 Imobilizado e Intangível O imobilizado e o intangível apresentam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de depreciação	2022	2021
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	2.481.358,83	2.354.091,17
Instalações	10%	550.593,80	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	74.580,04	104.994,75
Móveis e Utensílios	10%	492.311,87	654.001,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	292.818,56	312.414,41
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		<u>(3.586.974,04)</u>	<u>(3.567.945,84)</u>
Subtotal do Imobilizado		623.501,30	739.969,93
Intangível			
Sistemas Aplicativos - Software	20%-100%	1.004.071,75	1.093.707,46
(-) Amortizações		<u>(981.830,45)</u>	<u>(1.076.378,31)</u>
Subtotal do Intangível		22.241,30	17.329,15

Para fins de atendimento ao CPC 27 - Ativo Imobilizado, quanto aos efetivos valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização, o procedimento de revisão será implantado no exercício de 2023. 5.5 Fornecedores a Pagar Referem-se aos valores devidos a terceiros relativos às aquisições de materiais e serviços prestados, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 2.013.604,88 (dois milhões treze mil seiscentos e quatro reais e oitenta e oito centavos). 5.6 Encargos Sociais e Encargos Tributários Apurou-se o montante de R\$ 645.171,07 (seiscentos e quarenta e cinco mil cento e setenta e um reais e sete centavos) para os encargos sociais e R\$ 1.352.408,24 (um milhão trezentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e oito reais e vinte e quatro centavos) para os encargos tributários, provisionados nas referidas contas do



passivo. 5.7 Provisão de Férias O saldo provisionado para férias e encargos sociais é no montante de R\$ 2.012.314,38 (dois milhões doze mil trezentos e quatorze reais e trinta e oito centavos). 5.8 Contingências O CGEE possui em seus registros contábeis as provisões relacionadas abaixo, decorrentes de processos judiciais, conforme segue:

ADVOGADOS	CAUSA	CLASSIFICAÇÃO	VALOR R\$
Rubens Naves, Santos Júnior Advogados	Cível	Possível	872.288,35
Machado Ramos & Von Glehn Advogados	Trabalhista	Possível	131.853,29
Jurídico da Empresa	Trabalhista	Provável	300.000,00

5.9 Riscos Fiscais a) No ano de 2018, o CGEE passou a provisionar os valores correspondentes a COFINS sobre rendimentos de aplicações financeiras referentes ao período de 2015 a 2018. Entretanto, para os saldos correspondentes aos anos de 2015 a 2017, foram revertidos e lançados como despesas recuperadas, visto a possibilidade de serem consideradas como "prescritos". Assim, o saldo atualizado até 31/12/2022 é de R\$ 460.920,01 (quatrocentos e sessenta mil novecentos e vinte reais e um centavo). b) Foi provisionado o valor da diferença de alíquota aplicada ao Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), no montante de R\$ 904.304,53 (novecentos e quatro mil trezentos e quatro reais e cinquenta e três centavos). 5.10 Parcelamentos Fiscais No ano de 2021 foram realizados dois parcelamentos fiscais relativos aos processos que tramitavam junto à Receita Federal do Brasil - RFB de nº 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Os respectivos saldos devedores até 31 de dezembro de 2022 correspondem a: R\$ 1.228.266,01 (um milhão duzentos e vinte e oito mil duzentos e sessenta e seis reais e um centavo - INSS) e R\$ 278.910,06 (duzentos e setenta e oito mil novecentos e dez reais e seis centavos - IRRF) totalizando o montante do parcelamento fiscal em R\$ 1.507.176,07 (um milhão quinhentos e sete mil cento e setenta e seis reais e sete centavos).

Nota 6 - Valores a realizar Correspondem aos registros (estimados) dos Contratos: MEC (Gestão) e PNUMA (Administrativo), contabilizados no Ativo Circulante e Passivo Circulante, considerando: Contrato Administrativo PNUMA - Em avaliação às recomendações da auditoria externa realizada no Exercício de 2021 foi iniciada uma revisão dos lançamentos contábeis, financeiros e prestação de contas a partir do ano de 2021, da qual, foram identificadas divergências que impossibilitam validar o saldo bancário até a data de 31 de dezembro de 2022. Assim, serão continuados os procedimentos de revisões referentes aos anos anteriores e eventuais equívocos serão regularizados e apresentados no primeiro Quarter de 2023, cujo montante apropriado foi de R\$ 424.580,15 (quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos e oitenta reais e quinze centavos); e Contrato de Gestão MEC: A partir de 28 de julho de 2022, as despesas relativas ao centro de custo do Contrato de Gestão do MEC estão sendo pagas com recursos financeiros do Contrato de Gestão do MCTI, cujo montante acumulado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.653.857,06 (um milhão seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e seis centavos) o qual, será regularizado financeiramente tão logo ocorra o repasse do recurso.

Nota 7 - Patrimônio Social Líquido É formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Salienta-se que o CGEE, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações, optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e dos Contratos Administrativos no resultado da Instituição (patrimônio líquido) e não em conta passiva por tipo de contrato, por entender que o exerce desde o início de suas atividades como associação qualificada como Organização Social - OS subordinada a aplicação da Lei 9.637/98 e que em uma possível desqualificação ou extinção, todo o seu patrimônio será revertido aos órgãos fomentadores independentemente da forma de registro contábil. 7.1 Ajustes de Exercícios Anteriores Em observância à reversão de receitas recebidas no ano de 2022, mas apropriadas em dezembro de 2021 e também as regularizações de provisões de despesas que foram apropriadas com saldos a maior, a menor e/ou em duplicidade, no exercício de 2022, apurou-se o montante de 22.072.018,68 (vinte e dois milhões setenta e dois mil deztoito reais e sessenta e oito centavos).

Nota 8 - Reserva Técnica De acordo com o contido no 33º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e o CGEE, a Reserva Técnica estabelecida para o ano de 2022 é no montante de R\$ 1.509.759,45 (um milhão quinhentos e nove mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Nota 9 - Gerenciamento de Riscos São adotados procedimentos e políticas que visam administrar os riscos financeiros, operacionais, fiscais, dentre outros, por meio de definição de limites e controles apropriados que são monitorados e auditados no decorrer do ano. As recomendações de implantações de processos de melhorias estão sendo observadas para que sejam refletidas nos procedimentos operacionais e sistêmicos de forma que as intervenções manuais sejam cada vez menores.

Nota 10 - Outras Informações a) A Coordenação de Finanças e Contabilidade, no período de 1º de janeiro de 2022 até a data de 25 de agosto de 2022, passou por reestruturação no quadro de pessoal, sendo:

EQUIPE TÉCNICA	DE	PARA
a) Coordenador/Contador (1)	1	1
b) Analista temporários e efetivos (formados em Ciências Contábeis)	1	4
c) Assistente (cursando Ciências Contábeis)	1	1
d) Estagiário (cursando Ciências Contábeis)	1	2
Total	4	8

(1) Contador atual responsável desde 25/08/2022.

No período de 01/01 a 24/08/2022 tivemos 4 colaboradores responsável pela área.

b) Seguros: O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. c) Conciliações: A partir de 2022 as conciliações são elaboradas mensalmente, visando o controle fidedigno das movimentações contábeis, financeiras e orçamentárias. d) Todos os Bens Móveis e Imóveis foram inventariados mediante a realização de conferências efetuadas por comissões formalmente designadas pela Diretoria do CGEE. e) Ação Civil Pública: O processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal, onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor de R\$ 622.751,37 (seiscentos e vinte e dois mil setecentos e cinquenta e um mil e trinta e sete centavos), não se encontra provisionado, por ser classificado como "possível". Contudo, a Assessoria Jurídica do CGEE acompanha o assunto e está representada por Rubens Naves, Santos Junior - Advogados. f) Aos apontamentos de controles internos mencionados pela auditoria externa no Exercício de 2021, ressalta-se que: Foram observados para a aplicabilidade a partir do Exercício de 2022, entretanto, há apontamentos que necessitam de reestruturação sistêmica e de procedimentos, para os quais serão implantados no decorrer do Exercício de 2023; Foram aprimorados os procedimentos e controles internos para a verificação e validação de regularidade fiscal quanto ao recebimento de notas fiscais e, principalmente, antes do seu efetivo pagamento; Foi instaurada uma comissão de apuração interna, no ano de 2022, para verificação dos fatos sobre o recebimento de notas fiscais com possíveis inconsistências. Assim, após a conclusão da apuração, os órgãos fiscalizadores (Receita Federal do Brasil e Secretária de Estado e Fazenda do Distrito Federal) e Polícia Civil do Distrito Federal foram comunicados dos fatos, mas, tendo em vista que ainda não houve manifestação formal quanto à possibilidade de impostos sem o devido recolhimento, não consta provisão para possíveis cobranças futuras. g) Foi realizada auditoria externa em contratos específicos e de verificação interna pelo CGEE referente aos processos executados pelas coordenações, mas, que até a presente data não caracterizaram em impactos financeiros ou contábeis que justificassem registros de provisões. h) O CGEE recebeu o comunicado de início de trabalhos de auditoria pela Controladoria-Geral da União (CGU) e solicitação de documentos, sem andamento registrado ou objeto definido até o momento.

Nota 11 - Eventos Subsequentes O CGEE não identificou eventos subsequentes a serem tratados nas demonstrações contábeis do Exercício de 2022, considerando até a data de 07 de fevereiro de 2023.

Nota 12 - Conclusão Com base no exposto, verifica-se a regularidade das contas do balanço e demais demonstrações contábeis, para o Exercício de 2022, as quais estão em condições de serem encaminhadas para apreciação superior.

Brasília, DF 07 de fevereiro de 2023
ELIZAMA RAMOS DOS SANTOS CORREIA
Contadora CRC-DF 013079/O-7

LUIZ ARNALDO DA PEREIRA DA CUNHA JUNIOR
Diretor de Administração e Finanças
CPF 393.537.701-06

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros do
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE Brasília - DF

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas

demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que podem decorrer do assunto mencionado na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião com ressalva - Não adoção integral das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), principalmente no que diz respeito a estrutura do plano de contas e apresentação dos demonstrativos contábeis. De acordo com a nota explicativa 2, a Entidade adotou parcialmente a Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros) na elaboração das suas demonstrações contábeis. Ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes decorrentes da aplicação integral da Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) sobre as demonstrações contábeis apresentadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Entidade vem contabilizando as receitas decorrentes do Contrato de Gestão de acordo com as parcelas recebidas do cronograma de desembolso pelo regime de caixa, não sendo realizada em conformidade com o regime contábil de competência, conforme determina a ITG 2002 (R1), bem como não atentou para as orientações descritas nas demais normas contábeis (NBC TG 1000 e NBC TG 47) em relação aos critérios de reconhecimento das receitas. Em decorrência do critério adotado, não foi possível identificar se há necessidades de ajustes no resultado, bem como o seu reflexo no Patrimônio Líquido. A Entidade registrou no seu Patrimônio Líquido, como ajustes de exercícios anteriores, o montante de R\$ 15 milhões e 858 mil no decorrer do exercício de 2022, alegando tratar-se de erros imputáveis de exercícios anteriores a 2022. Apesar da reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2021, esses ajustes deveriam ter sido registrados de forma retrospectiva como ajuste ao Patrimônio Líquido e/ou resultado na escrituração contábil de 2021. Portanto, tal procedimento realizado não atende a norma contábil NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Ressaltamos também o fato de que não temos precisão da origem dos erros ocorridos e de suas consequências econômicas e financeiras para a Entidade. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 com relação aos fatos destacados a seguir que podem ter impactos futuros na Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos. Item e) Ação Civil Pública: O processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor de R\$ 622.751,37 (seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e um mil e trinta e sete centavos), não se encontra provisionado, por ser classificado como "possível". Contudo, a Assessoria Jurídica do CGEE acompanha o assunto e está representada por Rubens Naves, Santos Junior - Advogados; Item f) foi instaurada uma comissão de apuração interna, no ano de 2022, para verificação dos fatos sobre o recebimento de notas fiscais com possíveis inconsistências. Assim, após a conclusão da apuração, os órgãos fiscalizadores (Receita Federal do Brasil e Secretária de Estado e Fazenda do Distrito Federal) e Polícia Civil do Distrito Federal foram comunicados dos fatos, mas, tendo em vista que ainda não houve manifestação formal quanto a possibilidade de impostos sem o devido recolhimento, não consta



provisão para possíveis cobranças futuras; Item g) foi realizada auditoria externa em contratos específicos e de verificação interna pelo CGEE referente aos processos executados pelas coordenações, mas, que até a presente data não caracterizaram em impactos financeiros ou contábeis que justificassem registros de provisões, bem como há uma auditoria em andamento pelos órgãos de controles.

Outros assuntos - Auditoria do período anterior - O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 10 de fevereiro de 2022, com ressalva em relação a não adoção integral da norma ITG 2002 (R1) aplicável para as Entidades sem fins lucrativos. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis - A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), que regulamenta a contabilidade das entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 10 de fevereiro de 2023.
CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL/S - EPP
CRC (CE) 232-J
CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03
CVM: 6335

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA
SÓCIO RESPONSÁVEL TÉCNICO
CONTADOR CRC(CE) N.º 8.905
CPF 241.338.923-72

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, após o cumprimento do escopo de trabalho descrito no item 1 acima, conclui seu parecer com ressalva às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pela adoção parcial da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), ratificada pelos auditores independentes Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S que emitiram sua opinião com ressalva por idêntico motivo. O Conselho Fiscal, porém, é de opinião que essas demonstrações contábeis estão em condições de apreciação e aprovação do Conselho de Administração condicionado aos termos do item 3 acima denominado "Entendimento do Conselho Fiscal".

Brasília, 17 de fevereiro de 2023.
SERGIO BENEDITO FERRARA
Conselheiro Fiscal, Presidente

WALTER M. MACHADO DE BARROS
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2022

Anexo I - Demonstração da Evolução do Contrato de Gestão 2010 - 2022													
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (*****)
MCTI	3.500.000,00	8.200.000,00	6.927.150,00	5.391.850,00	5.391.850,00	0,00	8.000.000,00	18.813.326,00	12.526.896,00	15.976.896,00	33.850.000,00	9.816.912,02	26.734.584,00
FINEP / FNDCT	11.310.000,00	19.440.000,00	20.240.000,00	36.632.850,00	21.558.150,00	27.558.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000.000,00
MFC	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	8.000.000,00	5.000.000,00	15.550.000,00	0,00	5.899.695,00	2.330.391,00
Total - Contrato de Gestão	14.810.000,00	27.640.000,00	27.167.150,00	45.024.700,00	26.950.000,00	27.558.150,00	13.000.000,00	26.813.326,00	17.526.896,00	31.526.896,00	33.850.000,00	15.716.607,02	61.064.975,00
Reserva Técnica (*)	5.916.479,32	7.457.102,40	7.670.186,87	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82	4.086.604,71	9.921.555,62	5.672.657,79	1.450.000,00	1.509.759,45
Saldo de Conta Bancária - MCTI (**)	16.036.168,45	14.999.254,23	10.661.891,69	16.145.451,95	11.447.732,08	11.471.185,16	2.648.994,15	11.212.540,12	8.701.267,93	16.823.833,16	25.789.469,57	11.123.277,43	45.872.213,13
Saldo de Conta Bancária - MEC (***) (****)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	11.070,40

* Conta Bancária apartada provida no 1º trimestre de 2022, constando saldo de R\$ 1.605.073,49 em 31/12/2022

** Conta Bancária MCTI até dezembro de 2021 era a única conta do Contrato de Gestão

*** Conta MEC inicialmente aberta e provida no último trimestre de 2021

**** Saldo do MEC em 31/12/2022, com valores antecipados do MCTI, com saldo devedor em R\$ 1.653.857,06

***** Saldos de TAs a receber em 2023:

(1) Emendas Parlamentares R\$ 2.199.365,00 (26ª TA de 2021 e 34ª TA de 2022)

(2) FNDCT: R\$10.000.000,00 (36ª TA - carta proposta aprovada pelo CD/FNDCT, entretanto, valores não empenhados)

(3) MEC: R\$6.000.000,00 (1ª TA de 2022)

***** Valores comprometidos para 2023 no montante de R\$ 3.020.392,31, sendo R\$ 287.318,38 - MEC e R\$ 2.733.073,93 - MCTI

Valores nominais (R\$ 1,00)

*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2022 e pode ser acessado em <https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>.

Brasília, DF 31 de dezembro de 2022
ELIZAMA RAMOS DOS SANTOS CORREIA
Contadora CRC-DF 013079/O-7

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente do CGEE/OS
CPF 204.240.867-00

